

Proposta de Atividades da Fundação Luso Internacional para a Educação e Cultura – Zona Norte - Ano de 2026

1. Enquadramento Geral

A Fundação Luso Internacional para a Educação e Cultura – Zona Norte (FLI) apresenta o presente Sumário Executivo com o objetivo de fornecer aos decisores públicos, financiadores institucionais, parceiros académicos e culturais uma visão sintética, clara e estratégica da Proposta de Atividades para o ano de 2026. Este documento resume os objetivos centrais, os eixos de intervenção, os principais projetos estruturantes e o impacto esperado da atuação da FLI, num contexto nacional e internacional marcado pela diversidade cultural, pela transformação educativa e pela crescente relevância da diplomacia cultural.

O ano de 2026 surge como um momento decisivo na trajetória da FLI, consolidando o processo de reorganização institucional concluído em 2025 e projetando a Fundação para uma fase de expansão, inovação e reforço do seu papel enquanto entidade de referência na promoção da educação intercultural, do diálogo entre comunidades e da cooperação internacional, com especial enfoque nas relações Portugal–China–União Europeia.

2. Visão Estratégica e Missão

A FLI orienta a sua ação por uma visão humanista e inclusiva da educação e da cultura, entendidas como pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável, da coesão social e da cidadania global. A missão da Fundação assenta na promoção de uma educação de qualidade, inovadora e intercultural, bem como na valorização da cultura como instrumento de aproximação entre povos, prevenção de conflitos e fortalecimento do entendimento mútuo.

Alinhada com as orientações da UNESCO, da OCDE e das políticas europeias para a educação e a cultura, a FLI assume como princípios estruturantes a inclusão, a diversidade, a inovação pedagógica, a cooperação internacional e a responsabilidade social.

3. Eixos Estratégicos de Intervenção em 2026

3.1 Educação – Escola Internacional Trilingue

O projeto central da proposta para 2026 é a preparação e implementação da Escola Internacional Trilingue da FLI, destinada à educação pré-escolar de crianças dos 3 aos 5 anos. Este projeto responde às necessidades das comunidades residentes e às exigências de um mundo globalizado, apostando num modelo educativo trilingue (Português, Inglês e Chinês) e em metodologias pedagógicas inovadoras, nomeadamente o “Messy Play” e o “Magic Play”.

A escola tem como meta iniciar atividade em setembro de 2026, após a consolidação curricular, formação das equipas, adaptação de espaços e conclusão dos processos de licenciamento. O impacto esperado inclui o desenvolvimento integral das crianças, o reforço da integração intercultural e a criação de uma referência pedagógica inovadora no panorama educativo nacional.

3.2 Cultura – Intercâmbio Cultural Sino-Português

No domínio cultural, a FLI propõe o reforço do intercâmbio cultural entre Portugal e a China, através de protocolos com os Institutos Confúcio e parcerias com entidades culturais públicas e privadas. As atividades previstas incluem eventos culturais, ciclos de conferências, exposições, projetos editoriais e iniciativas educativas dirigidas a diferentes públicos.

A cultura é assumida como instrumento estratégico de soft power, promovendo o diálogo intercultural, a valorização da diversidade e a integração das comunidades. Paralelamente, será implementada uma estratégia estruturada de angariação de mecenas culturais, assegurando sustentabilidade financeira e ampliação do impacto social dos projetos.

3.3 Plataforma Internacional de Educação em Novas Tecnologias e Apoio a Jovens Talentos

Reconhecendo os desafios da transição digital e da economia do conhecimento, a FLI propõe a criação de uma plataforma internacional dedicada à educação em novas tecnologias e ao apoio a jovens talentos. Esta plataforma visa promover competências digitais, apoiar projetos inovadores, atribuir bolsas e facilitar redes de cooperação entre jovens, universidades, empresas e centros de investigação.

O impacto esperado traduz-se no reforço da inclusão digital, na promoção da inovação educativa e na criação de oportunidades concretas para jovens talentos em contextos multiculturais.

3.4 Desenvolvimento de Novas Áreas Educacionais e Culturais

A proposta para 2026 inclui ainda o desenvolvimento progressivo de novas áreas de intervenção educativa e cultural, abrangendo educação intercultural, sustentabilidade, literacia digital, artes, educação emocional, STEM, diplomacia cultural, património imaterial, cultura científica e projetos culturais comunitários. Estas áreas reforçam a transversalidade da ação da FLI e a sua capacidade de resposta a desafios emergentes.

4. Governança, Parcerias e Avaliação

A execução da Proposta de Atividades assenta num modelo de governação transparente e participativo, suportado por uma rede diversificada de parcerias institucionais. Universidades, Institutos Confúcio, autarquias, organismos públicos, fundações, empresas e associações comunitárias constituem stakeholders estratégicos na implementação e avaliação dos projetos.

A FLI adotará instrumentos de planeamento, monitorização e avaliação, incluindo cronograma anual, matriz de objetivos e indicadores e relatórios de execução técnica e financeira, assegurando prestação de contas rigorosa perante entidades de tutela e financiadores.

5. Impacto Esperado e Conclusão

A Proposta de Atividades da FLI para 2026 visa gerar impacto educativo, cultural e social mensurável, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva, intercultural e preparada para os desafios do século XXI. Através de projetos estruturantes, parcerias sólidas e uma visão estratégica internacional, a FLI posiciona-se como um ator relevante no diálogo entre Portugal, a China e a União Europeia.

Este Sumário Executivo pretende, assim, apoiar os decisores na apreciação da relevância, consistência e impacto da proposta apresentada, reafirmando o compromisso da Fundação Luso Internacional para a Educação e Cultura com o interesse público, a cooperação internacional e o desenvolvimento humano sustentável.

O Presidente da Direção

Y Ping Chow

Proposta de Atividades da Fundação Luso Internacional para a Educação e Cultura – Zona Norte - Ano de 2026

1 - Introdução Geral

Enquadramento Estratégico Internacional – Portugal, China e União Europeia (2026)

A atuação da Fundação Luso Internacional para a Educação e Cultura – Zona Norte (FLI) em 2026 insere-se num quadro estratégico internacional em profunda mutação, marcado pela intensificação das relações bilaterais entre Portugal e a República Popular da China, pela consolidação do diálogo cultural com a União Europeia (UE) e pela crescente importância atribuída à educação, à cultura e ao intercâmbio científico e académico como vetores de diplomacia pública e soft power. Esta contextualização é fundamental para compreender o papel estratégico que a FLI pretende assumir enquanto actor qualificado na promoção da educação intercultural, da cooperação académica e da valorização da diversidade cultural em Portugal e além-fronteiras. Acresce, como é do conhecimento geral que

1. Uma Plataforma Histórica de Diálogo Intercultural entre Portugal e a China

Portugal e a China mantêm relações diplomáticas ininterruptas desde 1979, uma das mais longas no contexto europeu com o gigante asiático, fundadas em laços históricos, intercâmbio cultural e partilha de experiências ao longo de séculos de história marítima e comércio oceânico.

Portugal tem procurado consolidar esta relação em áreas estratégicas como a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia, refletindo uma visão de cooperação que ultrapassa os meros interesses económicos e incorpora dimensões sociais e culturais de longo prazo. Em 2025, a visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros português à China sublinhou a vontade mútua de aprofundar relações bilaterais, num contexto geopolítico global caracterizado pela volatilidade económica e tensões comerciais entre grandes potências.

O papel de Macao, enquanto plataforma de cooperação sino-lusófona, é particularmente relevante neste diálogo. O Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM), em Lisboa, funciona como um espaço institucional que promove a disseminação de conhecimento sobre a cultura e história chinesa e actua como plataforma científica e pedagógica, reforçando pontes entre Portugal, a Europa e a Ásia.

No quadro bilateral, documentos oficiais de cooperação concordam em reforçar não apenas os intercâmbios económicos e turísticos, mas também os laços culturais e educativos. Comunicações conjuntas entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros português e chinês destacam a importância de fortalecer a cooperação entre universidades e instituições de investigação, promover o ensino de mandarim em Portugal e o ensino de português na China, bem como intensificar o intercâmbio de estudantes e bolsistas de investigação.

2. Cooperação no Contexto Europeu

A relação entre a China e a União Europeia também tem um papel central no cenário global. Em 2025 assinalou-se o 50.º aniversário das relações diplomáticas entre a China e a UE, um marco que reflete décadas de cooperação em educação, cultura, ciência e tecnologia. Em declarações oficiais, líderes de ambos os blocos defenderam a construção de uma “ponte de prosperidade cultural comum” que conecte civilizações orientais e ocidentais, reconhecendo a importância de intercâmbios interpessoais e compreensão mútua na construção de um mundo mais inclusivo e estável.

Dentro da estrutura europeia, as políticas de cooperação cultural e educativa são promovidas pela Comissão Europeia e pelo Conselho da UE, que integram a cultura como prioridade política e reconhecem o papel da educação e intercâmbio como vetores de coesão social e desenvolvimento humano. A política cultural internacional da UE sublinha a importância de promover diversidade cultural, diálogo e relações culturais internacionais, colocando a educação e cultura no centro das relações externas do bloco.

Este enquadramento europeu reforça a relevância de iniciativas nacionais como as promovidas pela FLI, que, ao articular cooperação educativa e cultural entre Portugal, a China e parceiros europeus, contribui diretamente para os objetivos da política cultural e educacional da União.

3. Educação, Intercâmbio e Soft Power como Instrumentos de Cooperação

A cooperação educacional e cultural emerge como um eixo central nas relações contemporâneas entre Portugal, a China e a UE. Instituições como os Institutos Confúcio — presente em várias universidades portuguesas — exemplificam essa dinâmica de intercâmbio cultural e educativo. Estes centros promovem o ensino da língua chinesa, facilitam eventos culturais e funcionam como plataformas para o aprofundamento de relações culturais entre sociedades, alinhando-se com estratégias globais de soft power cultural.

4. Portugal como Plataforma de Intercâmbio Luso-Europeu-Asiático na rota Atalântica

Portugal tem procurado afirmar-se como uma plataforma de diálogo intercultural entre a Europa e a Ásia, beneficiando da sua história marítima, da presença de comunidades diversas e da política externa orientada para a cooperação multilateral. O país mantém uma posição peculiar na UE por seu engajamento em projectos e diálogos com a China, mesmo em contextos de debate europeu mais amplo sobre equilíbrio geopolítico e autonomia estratégica europeia.

No domínio educativo, Portugal tem vindo a reforçar programas de intercâmbio estudantil, cooperação científica entre universidades portuguesas e chinesas e iniciativas que promovem a mobilidade académica bilateral. Estas linhas de cooperação são vistas como

investimentos estratégicos no capital humano, fortalecendo laços interinstitucionais e facilitando a compreensão mútua entre gerações académicas e civis.

Adicionalmente, plataformas como o Centro Científico e Cultural de Macau estão estrategicamente posicionadas para facilitar estudos e programas de formação continuada em relação à China e à Ásia, fornecendo recursos bibliográficos e cursos especializados que promovem o conhecimento intercultural e académico sobre a história, língua e cultura chinesas.

5. Orientações Internacionais e Políticas Educativas

As orientações de organizações internacionais como a UNESCO e a OCDE sublinham o papel transformador da educação inclusiva, intercultural e baseada em competências como instrumento de desenvolvimento humano. A UNESCO, por exemplo, tem aprofundado a cooperação com a China em áreas que combinam educação, ciência e cultura, incluindo programas que promovem o empoderamento juvenil, a igualdade de género na educação e projetos de formação técnica que respondem a desafios contemporâneos.

Estas prioridades globais alinham-se com a missão estratégica da FLI de promover uma educação que transcenda fronteiras linguísticas e culturais, capacitando as novas gerações com competências aptas a responder aos desafios de sociedades multiculturais e interdependentes.

6. Potencial de Impacto para a Fundação Luso Internacional para a Educação e Cultura

Neste quadro estratégico internacional ampliado, a FLI possui uma posição singular de intervenção, actuando como mediadora entre políticas globais de educação e cultura, interesses comunitários locais e estruturas de cooperação bilateral e multilateral. A Fundação tem a oportunidade de:

- Articular iniciativas educativas que reforcem competências trilingues e interculturais, alinhadas com as agendas educativas europeias e as necessidades de um mundo globalizado.
- Contribuir para o diálogo cultural entre Portugal e a China, aproveitando a experiência de instituições como os Institutos Confúcio e parcerias académicas.
- Fomentar intercâmbios científicos e formação avançada, apoiando a apropriação de conhecimento e inovação, em consonância com padrões internacionais de investigação e colaboração universitária.
- Promover a diplomacia cultural e soft power, reforçando a presença portuguesa em redes internacionais de educação e cultura e valorizando a diversidade cultural como património comum.

2 - As Comunidades Chinesas em Portugal desde 2010: Educação, Carências Estruturais e Processos de Inclusão Cultural

7.1. Enquadramento Geral das Comunidades Chinesas em Portugal

Desde 2010, as comunidades chinesas em Portugal têm registado um crescimento contínuo e uma progressiva diversificação socioprofissional, acompanhando tendências mais amplas de mobilidade internacional, investimento estrangeiro e migração familiar. Segundo dados oficiais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e, mais recentemente, da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), a população de cidadãos de nacionalidade chinesa passou de um perfil predominantemente económico-laboral para um perfil cada vez mais familiar, com forte presença de crianças e jovens em idade escolar.

Este processo traduziu-se numa crescente inserção das famílias chinesas no território português, não apenas nos grandes centros urbanos como Lisboa e Porto, mas também em cidades médias e zonas periféricas, onde se verifica a fixação estável e a criação de laços comunitários duradouros. Contudo, esta integração tem sido marcada por desafios estruturais específicos, particularmente no domínio da educação, da mediação cultural e da articulação entre sistemas pedagógicos distintos.

7.2. Principais Carências Socioeducativas das Comunidades Chinesas

Apesar dos progressos registados ao longo da última década, persistem carências significativas que afetam a plena inclusão das comunidades chinesas, sobretudo no que respeita ao acompanhamento educativo das crianças e jovens. Estas carências não decorrem de uma rejeição do sistema educativo português, mas antes de diferenças estruturais profundas entre os modelos educativos português e chinês, aliadas a barreiras linguísticas, culturais e institucionais.

Entre as principais carências identificam-se:

- Défices de mediação linguística e cultural entre famílias chinesas e escolas portuguesas;
- Dificuldades na compreensão do funcionamento do sistema educativo português, incluindo avaliação contínua, autonomia curricular e envolvimento parental;
- Escassez de respostas educativas bilingues ou trilingues que valorizem simultaneamente a língua portuguesa, o mandarim e o inglês;
- Ausência de apoio sistemático às famílias na transição entre modelos educativos;
- Limitações na formação intercultural de docentes e técnicos educativos.

Estas carências tendem a manifestar-se com maior intensidade nos primeiros ciclos de escolaridade, onde a aquisição da língua portuguesa e a adaptação aos métodos pedagógicos portugueses são determinantes para o sucesso escolar e a integração social.

7.3. Paralelismo Pedagógico entre o Sistema Português e o Sistema Educativo Chinês

O percurso educativo das crianças chinesas em Portugal caracteriza-se frequentemente por uma ambivalência pedagógica, resultante da coexistência entre o sistema educativo português, frequentado durante o dia, e o sistema educativo chinês, mantido através de escolas comunitárias, aulas complementares ou ensino familiar.

O sistema educativo chinês assenta, tradicionalmente, em princípios como:

- Forte centralidade do desempenho académico;
 - Valorização da disciplina, do esforço individual e da memorização;
 - Estrutura curricular uniforme e altamente competitiva;
 - Avaliação quantitativa e exames padronizados.
- Por contraste, o sistema educativo português privilegia:
- Uma abordagem pedagógica centrada no aluno;
 - A aprendizagem ativa, a criatividade e o pensamento crítico;
 - A avaliação contínua e formativa;
 - A inclusão, a diversidade e a participação da família na vida escolar.

Esta dualidade gera, em muitos casos, tensões educativas, sobretudo quando não existe articulação pedagógica entre os dois modelos. As crianças e jovens podem ser confrontados com expectativas contraditórias, cargas horárias excessivas e dificuldades na construção de uma identidade educativa coerente.

7.4. Educação Paralela e Escolas Comunitárias Chinesas

Desde 2010, tem-se verificado o reforço das escolas chinesas comunitárias em Portugal, particularmente em Lisboa, Porto e áreas metropolitanas. Estas instituições desempenham um papel relevante na preservação da língua, da cultura e da identidade chinesa, constituindo um recurso fundamental para as famílias.

No entanto, a educação paralela, quando não articulada com o sistema português, pode acentuar desigualdades e dificultar a integração plena dos alunos. Entre os principais desafios destacam-se:

Falta de reconhecimento institucional das aprendizagens realizadas no contexto comunitário;

Ausência de coordenação curricular com as escolas portuguesas;

Sobrecarga educativa das crianças;

Insuficiente integração das famílias nos projetos educativos das escolas públicas.

Apesar disso, estas escolas comunitárias representam também uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento de modelos pedagógicos híbridos, capazes de conciliar excelência académica, identidade cultural e integração social.

7.5. Inclusão Cultural dos Estudantes e das Famílias

A inclusão cultural das comunidades chinesas em Portugal tem avançado de forma gradual, mas desigual. Os estudantes tendem a integrar-se mais rapidamente no espaço escolar, através da convivência com pares portugueses, enquanto as famílias enfrentam maiores obstáculos à participação ativa na comunidade educativa e local.

Entre os fatores que condicionam a inclusão cultural destacam-se:

- Barreiras linguísticas persistentes entre encarregados de educação e instituições;
- Diferenças nas conceções de parentalidade e envolvimento escolar;
- Horários laborais extensos, particularmente no comércio e restauração;
- Escassez de mediadores interculturais e programas de integração familiar.
- Apesar destas dificuldades, observa-se um crescente interesse das famílias chinesas em participar em iniciativas culturais, educativas e comunitárias, sempre que estas são estruturadas de forma acessível, respeitosa e culturalmente informada.

7.6. Educação como Vetor Central de Integração

A educação constitui o principal vetor de integração social, cultural e cívica das comunidades chinesas em Portugal. O sucesso educativo das crianças e jovens é percecionado pelas famílias como um elemento central de mobilidade social e de enraizamento no país de acolhimento.

Estudos internacionais e orientações da UNESCO e da OCDE sublinham que sistemas educativos inclusivos devem:

- Reconhecer e valorizar a diversidade cultural e linguística;
- Promover competências interculturais desde a primeira infância;
- Envolver ativamente as famílias no processo educativo;
- Desenvolver modelos pedagógicos flexíveis e contextuais.

Neste sentido, Portugal dispõe de um enquadramento normativo favorável à educação inclusiva, mas carece ainda de respostas educativas especificamente adaptadas às comunidades de origem chinesa, sobretudo no domínio da educação pré-escolar e do ensino básico.

7.7. Necessidade de Modelos Educativos Interculturais Integrados

A experiência das comunidades chinesas desde 2010 evidencia a necessidade de desenvolver modelos educativos interculturais integrados, que superem a lógica de separação entre sistemas e promovam uma verdadeira convergência pedagógica.

Esses modelos devem:

Articular currículo português com ensino estruturado de mandarim;

Incorporar metodologias pedagógicas ativas, compatíveis com diferentes culturas educativas;

Reforçar a formação intercultural de educadores e professores;

Criar espaços de diálogo contínuo entre escola, família e comunidade;

Valorizar a identidade cultural como recurso educativo, e não como obstáculo.

A educação trilingue, a mediação intercultural e a pedagogia da infância assumem, neste contexto, um papel estratégico para garantir inclusão, sucesso escolar e coesão social.

Desde 2010, as comunidades chinesas em Portugal têm demonstrado uma forte capacidade de adaptação, resiliência e investimento educativo. No entanto, persistem carências estruturais que exigem respostas educativas mais integradas, interculturais e inovadoras.

A ambivalência entre o sistema educativo português e o sistema chinês, longe de constituir um problema insolúvel, representa uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento de modelos pedagógicos híbridos, alinhados com os desafios de sociedades multiculturais e globalizadas.

A promoção de uma educação inclusiva, intercultural e linguisticamente plural é essencial não apenas para o sucesso das crianças e jovens de origem chinesa, mas também para o fortalecimento da coesão social, da diversidade cultural e da projeção internacional de Portugal enquanto espaço de diálogo entre culturas.

A atuação da FLI em 2026 deve ser interpretada à luz de um contexto estratégico global favorável à educação intercultural, à cooperação científica e ao diálogo cultural entre sociedades diferenciadas, especialmente entre Portugal, a China e a União Europeia. A convergência de políticas educacionais europeias, a crescente importância atribuída pelas autoridades chinesas à diplomacia cultural e à cooperação académica, e o papel histórico de

Portugal como mediador intercultural proporcionam um ambiente propício para que a Fundação contribua de forma substancial para a construção de pontes educativas e culturais, alinhadas com os valores europeus, os compromissos internacionais e as necessidades contemporâneas de desenvolvimento humano sustentável.

Assim, a FLI reforça a sua missão estratégica ao posicionar-se como um ator intermédio qualificado, capaz de articular interesses educativos, culturais e comunitários, promovendo uma cooperação equilibrada, transparente e alinhada com os valores do multilateralismo, da inclusão e do respeito mútuo no diálogo intercultural global.

3 - A atuação da Fundação Luso Internacional para a Educação e Cultura – Zona Norte (FLI) em 2026

A atuação da Fundação Luso Internacional para a Educação e Cultura – Zona Norte (FLI) em 2026 insere-se num quadro estratégico internacional em profunda mutação, marcado pela intensificação das relações bilaterais entre Portugal e a República Popular da China, pela consolidação do diálogo cultural com a União Europeia (UE) e pela crescente importância atribuída à educação, à cultura e ao intercâmbio científico e académico como vetores de diplomacia pública e soft power. Esta contextualização é fundamental para compreender o papel estratégico que a FLI pretende assumir enquanto actor qualificado na promoção da educação intercultural, da cooperação académica e da valorização da diversidade cultural em Portugal e além-fronteiras.

Portugal e a China mantêm relações diplomáticas ininterruptas desde 1979, uma das mais longas no contexto europeu com o gigante asiático, fundadas em laços históricos, intercâmbio cultural e partilha de experiências ao longo de séculos de história marítima e comércio oceânico.

Portugal tem procurado consolidar esta relação em áreas estratégicas como a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia, refletindo uma visão de cooperação que ultrapassa os meros interesses económicos e incorpora dimensões sociais e culturais de longo prazo. Em 2025, a visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros português à China sublinhou a vontade mútua de aprofundar relações bilaterais, num contexto geopolítico global caracterizado pela volatilidade económica e tensões comerciais entre grandes potências.

O papel de Macao, enquanto plataforma de cooperação sino-lusófona, é particularmente relevante neste diálogo. O Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM), em Lisboa, funciona como um espaço institucional que promove a disseminação de conhecimento sobre a cultura e história chinesa e actua como plataforma científica e pedagógica, reforçando pontes entre Portugal, a Europa e a Ásia.

No quadro bilateral, documentos oficiais de cooperação concordam em reforçar não apenas os intercâmbios económicos e turísticos, mas também os laços culturais e educativos.

Comunicações conjuntas entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros português e chinês destacam a importância de fortalecer a cooperação entre universidades e instituições de investigação, promover o ensino de mandarim em Portugal e o ensino de português na China, bem como intensificar o intercâmbio de estudantes e bolsistas de investigação.

A relação entre a China e a União Europeia também tem um papel central no cenário global. Em 2025 assinalou-se o 50.º aniversário das relações diplomáticas entre a China e a UE, um marco que reflete décadas de cooperação em educação, cultura, ciência e tecnologia. Em declarações oficiais, líderes de ambos os blocos defenderam a construção de uma “ponte de prosperidade cultural comum” que conecte civilizações orientais e ocidentais, reconhecendo a importância de intercâmbios interpessoais e compreensão mútua na construção de um mundo mais inclusivo e estável.

Dentro da estrutura europeia, as políticas de cooperação cultural e educativa são promovidas pela Comissão Europeia e pelo Conselho da UE, que integram a cultura como prioridade política e reconhecem o papel da educação e intercâmbio como vetores de coesão social e desenvolvimento humano. A política cultural internacional da UE sublinha a importância de promover diversidade cultural, diálogo e relações culturais internacionais, colocando a educação e cultura no centro das relações externas do bloco.

Este enquadramento europeu reforça a relevância de iniciativas nacionais como as promovidas pela FLI, que, ao articular cooperação educativa e cultural entre Portugal, a China e parceiros europeus, contribui diretamente para os objetivos da política cultural e educacional da União.

A cooperação educacional e cultural emerge como um eixo central nas relações contemporâneas entre Portugal, a China e a UE. Instituições como os Institutos Confúcio — presente em várias universidades portuguesas — exemplificam essa dinâmica de intercâmbio cultural e educativo. Estes centros promovem o ensino da língua chinesa, facilitam eventos culturais e funcionam como plataformas para o aprofundamento de relações culturais entre sociedades, alinhando-se com estratégias globais de soft power cultural.

3.1 Orientações Internacionais e Políticas Educativas

As orientações de organizações internacionais como a UNESCO e a OCDE sublinham o papel transformador da educação inclusiva, intercultural e baseada em competências como instrumento de desenvolvimento humano. A UNESCO, por exemplo, tem aprofundado a cooperação com a China em áreas que combinam educação, ciência e cultura, incluindo programas que promovem o empoderamento juvenil, a igualdade de género na educação e projetos de formação técnica que respondem a desafios contemporâneos.

Estas prioridades globais alinham-se com a missão estratégica da FLI de promover uma educação que transcenda fronteiras linguísticas e culturais, capacitando as novas gerações com competências aptas a responder aos desafios de sociedades multiculturais e interdependentes.

3.2 Potencial de Impacto para a Fundação Luso Internacional para a Educação e Cultura

Neste quadro estratégico internacional ampliado, a FLI possui uma posição singular de intervenção, actuando como mediadora entre políticas globais de educação e cultura, interesses comunitários locais e estruturas de cooperação bilateral e multilateral. A Fundação tem a oportunidade de:

Articular iniciativas educativas que reforcem competências trilingues e interculturais, alinhadas com as agendas educativas europeias e as necessidades de um mundo globalizado.

Contribuir para o diálogo cultural entre Portugal e a China, aproveitando a experiência de instituições como os Institutos Confúcio e parcerias académicas.

Fomentar intercâmbios científicos e formação avançada, apoiando a apropriação de conhecimento e inovação, em consonância com padrões internacionais de investigação e colaboração universitária.

Promover a diplomacia cultural e soft power, reforçando a presença portuguesa em redes internacionais de educação e cultura e valorizando a diversidade cultural como património comum.

4 - Dois Projetos Estruturantes, Duas Necessidades Estratégicas: Educação Trilingue e Interculturalidade como Vetores de Integração e Desenvolvimento

A Fundação Luso Internacional para a Educação e Cultura (FLI), no âmbito da sua missão estatutária e da estratégia definida para o ciclo 2026–2030, identifica duas necessidades centrais no contexto das comunidades estrangeiras residentes em Portugal — em particular das comunidades de origem chinesa — às quais responde através de dois projetos estruturantes, complementares e mutuamente reforçadores:

- a criação da Escola Internacional Trilingue, com início no nível pré-primário (3–5 anos) em 2026;
- a implementação de um programa regular de ciclos e tertúlias culturais interculturais, a iniciar em fevereiro de 2026, nas cidades do Porto e Vila do Conde.

Ambos os projetos respondem a carências reais e diagnosticadas, acumuladas ao longo da última década, e traduzem-se em instrumentos concretos de integração educativa, cultural

e comunitária, posicionando a FLI como um ator institucional de confiança, com capacidade de interseção entre comunidades, associações, autarquias e parceiros académicos nacionais e internacionais.

I. Primeiro Projeto: A Escola Internacional Trilingue como Resposta Estrutural às Carências Educativas

1. Diagnóstico das Necessidades Educativas

As comunidades estrangeiras residentes em Portugal, e em particular as de origem chinesa, enfrentam desafios específicos no domínio da educação infantil. Estes desafios não se traduzem apenas em questões linguísticas, mas sobretudo na ausência de respostas educativas que conciliem:

A integração plena no sistema educativo português;

A valorização da língua e da cultura de origem;

A preparação para um contexto global, onde o multilinguismo e as competências interculturais são determinantes.

O nível pré-primário (3–5 anos) assume, neste contexto, um papel absolutamente estratégico. É nesta fase que se estruturam as bases da linguagem, da socialização, da relação com a aprendizagem e da construção da identidade cultural. A inexistência, em Portugal, de respostas educativas trilingues estruturadas e institucionalmente reconhecidas constitui uma lacuna que afeta não apenas as comunidades estrangeiras, mas também o próprio sistema educativo nacional, num contexto de crescente diversidade.

2. A Escola Trilingue como Projeto-Piloto Estruturante

A Escola Internacional Trilingue da FLI, com abertura prevista para setembro de 2026, surge como resposta direta a esta lacuna. O projeto, iniciado no nível pré-primário, não se limita a uma solução pontual, mas constitui uma plataforma pedagógica de crescimento progressivo, preparada para alargar, a curto e médio prazo, a sua atuação a outros níveis de ensino.

A opção por iniciar no pré-escolar é estratégica e fundamentada em evidência científica internacional, que reconhece a eficácia da exposição precoce a múltiplas línguas e culturas, desde que enquadrada em metodologias pedagógicas adequadas à infância.

3. Fundamentação Pedagógica e Metodológica

A Escola Trilingue assenta num modelo pedagógico inovador, integrando:

Português como língua de integração, cidadania e pertença ao espaço nacional;

Inglês como língua de comunicação global;

Chinês (Mandarim) como língua de herança cultural e de projeção estratégica internacional.

Este modelo linguístico é sustentado por metodologias ativas, centradas na criança, nomeadamente os métodos “Messy Play” e “Magic Play”, que promovem a aprendizagem sensorial, a criatividade, a experimentação e o desenvolvimento socioemocional.

Ao contrário de modelos educativos excessivamente formais ou academicistas, esta abordagem respeita o ritmo individual de cada criança, reduz a ansiedade associada à aprendizagem linguística e favorece a aquisição natural de competências comunicativas em contextos significativos.

I. A Escola Trilingue como Alavanca de Crescimento Futuro

A apresentação pública do livro com as linhas mestras da Escola Trilingue Pré-Escolar, prevista para o início de 2026, constitui o primeiro facto concreto e visível do projeto, consolidando a sua credibilidade científica, pedagógica e institucional.

Este documento não é apenas um instrumento de divulgação, mas um marco estruturante que:

- Define princípios pedagógicos claros;
- Estabelece objetivos de desenvolvimento;
- Cria um referencial para expansão futura a outros níveis de ensino;
- Reforça a confiança das famílias, das comunidades e das entidades públicas.

A Escola Trilingue assume-se, assim, como um projeto âncora, com capacidade de gerar efeitos multiplicadores no sistema educativo local e nacional.

II. Segundo Projeto: Ciclos e Tertúlias Culturais como Instrumento de Inclusão Comunitária

1. A Carência de Espaços de Convivência Intercultural

Apesar da presença significativa das comunidades chinesas em Portugal, a interação cultural entre comunidades permanece limitada e, muitas vezes, confinada a eventos pontuais, de natureza festiva ou protocolar. Falta uma dinâmica continuada de convivência intercultural, baseada no diálogo, no conhecimento mútuo e na participação regular.

Esta lacuna contribui para a manutenção de percepções estereotipadas, para o distanciamento social e para a fraca participação cívica e cultural das comunidades estrangeiras nos territórios onde residem e se fixam.

2. Ciclos e Tertúlias Culturais: Conceito e Objetivos

A FLI propõe, a partir de fevereiro de 2026, a realização de ciclos e tertúlias culturais interculturais nas cidades do Porto e de Vila do Conde, em parceria com associações chinesas locais, no contexto das celebrações do Ano Novo Chinês.

Estas iniciativas têm como objetivos:

- Criar espaços regulares de diálogo intercultural;
- Promover o conhecimento da cultura ch-
- Valorizar a diversidade cultural como recurso coletivo;
- Reforçar a participação ativa das comunidades estrangeiras na vida cultural local.

3. Confiança Institucional e Reconhecimento Autárquico

O lançamento destes ciclos demonstra de forma clara a capacidade da FLI de interseção institucional, resultante de um trabalho continuado de proximidade, credibilidade e cooperação com associações comunitárias e autarquias.

A confiança institucional conquistada pela FLI traduz-se:

- No apoio e envolvimento ativo das autarquias;
- Na participação alargada de associações chinesas;
- No reconhecimento público do papel da Fundação como mediadora cultural qualificada.

Este capital institucional é um ativo estratégico fundamental para o sucesso e a sustentabilidade das iniciativas propostas.

4. A Apresentação do Livro sobre Cultura Chinesa como Marco Simbólico

A apresentação do livro “A Cultura Chinesa como uma Ponte que Atravessa Continentes” constitui um segundo momento estruturante do projeto cultural da FLI. Mais do que uma obra editorial, este livro assume-se como um instrumento de sensibilização intercultural, dirigido a públicos diversos: comunidade educativa, decisores, associações e cidadãos em geral.

Ao apresentar a cultura chinesa como uma ponte — e não como um universo fechado — o projeto promove um convívio inclusivo, estruturado e continuado entre comunidades, ultrapassando a lógica de eventos isolados que tem caracterizado, até ao momento, a maioria das iniciativas interculturais em Portugal.

III. Articulação com a Universidade da Cidade de Macau: Dimensão Internacional

O desenvolvimento e operacionalização dos protocolos celebrados com a Universidade da Cidade de Macau representa uma ação de elevada relevância educativa e cultural. Esta cooperação permite:

- Reforçar a dimensão académica e científica dos projetos da FLI;
- Promover intercâmbios educativos e culturais;
- Criar sinergias no domínio da investigação em educação intercultural;
- Aumentar a visibilidade internacional das iniciativas desenvolvidas em Portugal.
- A ligação a Macau, enquanto espaço histórico de contacto entre Portugal e a China, confere ainda uma dimensão simbólica e estratégica acrescida, reforçando a legitimidade e o alcance internacional da atuação da FLI.

Assim,

Os dois projetos apresentados — a Escola Internacional Trilingue e os ciclos de tertúlias culturais — respondem a duas necessidades estruturais complementares: a educação precoce intercultural e a convivência cultural inclusiva.

Ambos demonstram a capacidade da Fundação Luso Internacional para a Educação e Cultura de transformar diagnóstico em ação concreta, articulando educação, cultura, comunidades e instituições. Mais do que iniciativas isoladas, estes projetos configuram uma estratégia integrada de desenvolvimento educativo e cultural, com impacto local, nacional e internacional.

A FLI posiciona-se, assim, como uma instituição de referência na construção de pontes entre culturas, gerações e territórios, contribuindo para uma sociedade portuguesa mais inclusiva, plural e preparada para os desafios do século XXI.